

## Espanha revolucionária I: Revoluções espanholas

Karl Marx<sup>1</sup>

Tradução de Danilo Chaves Nakamura<sup>2</sup>



(Ilustração de Rodrigo Chagas)

A revolução espanhola, aparentemente, assumiu a condição permanente, assim como informou nosso correspondente em Londres (A. Pulsky), as classes abastadas e conservadoras começaram a emigrar para França em busca de segurança. Isto não é surpreendente; a Espanha nunca adotou a moda francesa, generalizada em 1848, de começar e cumprir uma revolução em três dias. Seus esforços nessa linha são complexos e mais prolongados. Três anos parecem ser o limite mínimo que a Espanha põe para si mesma, enquanto seu ciclo revolucionário pode se expandir por nove anos. Assim, sua primeira revolução neste século se estendeu de 1808 a 1814; a segunda de 1820 a 1823; e a terceira de 1834 a 1843. Quanto tempo a presente revolução irá durar ou em que ela resultará, é impossível para o mais agudo político prever. Mas podemos dizer que não há em outra parte da Europa, nem mesmo a Turquia e a guerra russa, que ofereça um profundo interesse para o observador atento, como faz a Espanha neste momento.

Os levantes insurrecionais na Espanha são tão antigos quanto o domínio das elevadas cortes contra as quais eles normalmente são dirigidos. Assim, em meados do século XV, a aristocracia se rebelou contra o rei Juan II e seu favorito, Don Álvaro de Luna. Ainda no século XV, comoções mais graves ocorreram contra o rei Henrique IV e o chefe de sua camarilha, Don Juan de Pacheco, marquês de Villena. No século XVII, o povo de Lisboa fez pedaços de Vasconcellos, o *Sartorius* do vice-rei espanhol em Portugal, igual o povo fez na Catalunha com o conde Santa Coloma, o favorito de Felipe IV. No final do mesmo século, sob o reinado de Carlos II, o povo de Madri se ergueu contra a camarilha da rainha, composta

<sup>1</sup> Publicado no *New York Daily Tribune*, Nº 4.179 em 9 de setembro de 1854.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de História Social da Universidade de São Paulo.

pela condessa de Berlepsch e pelos condes de Oropesa e de Melgar, eles haviam tributado todas as provisões de abastecimento que entravam na capital com um imposto opressivo, imposto que a camarilha dividia entre si. O povo marchou em direção ao palácio, forçou o rei a aparecer na sacada e a denunciar a camarilha da rainha. Em seguida, o povo se dirigiu para os palácios dos condes de Oropesa e Melgar para pilhar, incendiar e tentar apanhar os proprietários, que por sorte conseguiram escapar ao custo de um exílio perpétuo. O fato que ocasionou o levante insurreccional no século XV foi o acordo traiçoeiro que o marquês de Villena fechou com o rei da França, onde a Catalunha seria entregue a Luís XI. Três séculos mais tarde, o tratado de Fontainebleau, assinado em 27 de outubro de 1807, em que Don Manuel Godoy - o favorito de Carlos IV e servo de sua rainha, o Príncipe da Paz - acordava com Bonaparte a partição de Portugal e a entrada do exército francês na Espanha. Isso provocou uma insurreição popular em Madri contra Godoy, a abdicação de Carlos IV, a assunção ao trono de seu filho Fernando VII, a entrada do exército francês na Espanha e a consequente guerra de independência. Deste modo, a guerra de independência espanhola começou com uma insurreição popular contra a camarilha, personificada em Don Manuel Godoy, exatamente igual a guerra civil do século XV, que começou com o levante contra a camarilha, personificada no marquês de Villena. Do mesmo modo, a revolução de 1854 começou com o levante contra a camarilha, personificada no Conde San Luis.

Apesar destas recorrentes insurreições, exceto a Santa Liga do tempo de Carlos I, ou Karl V, como dizem os alemães, não aconteceu nenhuma grande revolução na Espanha até o presente século. O pretexto, como de costume, foi dado pela camarilha, que sobre os auspícios do cardeal Adriano, o vice-rei, ele próprio um flamenco, incomodava os castelhanos por sua insolência predatória, com a venda de cargos públicos e manipulação de processos. A oposição contra a camarilha flamenca se deu apenas na superfície do movimento. Na sua base estava a defesa das liberdades da Espanha medieval contra as usurpações do absolutismo moderno.

A base material da monarquia espanhola foi definida pela união de Aragão, Castela e Granada, sob Fernando, o Católico e Isabel I. Carlos I tentou transformar essa monarquia ainda feudal em absoluta. Simultaneamente ele atacou os dois pilares da liberdade espanhola, as Cortes e os *Ayuntamientos*. A primeira é uma modificação da antiga *concilia* dos godos; a segunda havia sido transmitida quase interruptamente desde os tempos romanos, os *Ayuntamientos* eram uma mistura do caráter hereditário e eletivo próprio dos municípios romanos. Em relação à autonomia municipal, as cidades da Itália, da Provença, do norte da Gália, da Grã-Bretanha e de parte da Alemanha oferecem certa semelhança em relação às cidades espanholas. Mas nem os estados gerais franceses, nem o parlamento britânico da Idade Média, devem ser comparados com as Cortes espanholas. Existiam circunstâncias favoráveis na formação do reino espanhol para limitação do poder real. Por um lado, as pequenas partes da península foram reconquistadas aos poucos e formaram reinos separados, durante as longas lutas contra os árabes. Leis e costumes populares foram gestados nessas lutas. As sucessivas conquistas, efetivadas principalmente pelos nobres, fizeram seus poderes aumentarem de forma excessiva, na medida em que diminuía o poder real. Por outro lado, as cidades do interior e os municípios adquiriram grande importância,

devido à necessidade que o povo teve de residir nesses lugares, como uma garantia de segurança contra os contínuos levantes dos mouros. Ao mesmo tempo, a formação peninsular do país e os constantes intercâmbios com a Provença e a Itália criaram as primeiras cidades comerciais e marítimas na costa. No inicio do XIV, as cidades constituíam a parte mais poderosa nas Cortes, que eram compostas pelos cidadãos mais o clero e a nobreza. Também é importante mencionar, que a lenta reconquista do domínio mouro, através de uma luta obstinada de quase 800 anos, deu à Península, quando totalmente emancipada, uma característica completamente diferente da Europa coeva. Na verdade, na época do renascimento europeu, a Espanha encontrava-se com os costumes dos godos e dos vândalos do Norte, e com aqueles dos árabes no sul.

Quando Carlos I retornou da Alemanha, lugar que lhe concedeu dignidade imperial, as Cortes se reuniram em Valladolid para receberem seu juramento de acordo com as antigas leis e para investi-lo com a coroa. Carlos se negou a comparecer e enviou delegados, que segundo suas intenções deveriam receber o juramento de lealdade das Cortes. As Cortes não admitiram esses delegados e notificaram o monarca que ele nunca seria reconhecido como rei da Espanha, caso ele não comparecesse no juramento. Carlos se rendeu. Segundo afirmam os historiadores, ele, de forma relutante, se apresentou perante as Cortes e prestou o juramento. Nesta ocasião, as Cortes lhe disseram: "O senhor deve saber que o rei é apenas um servo remunerado da nação". Esse foi o início das hostilidades entre o rei e as cidades. Como consequência dessas intrigas, numerosas insurreições eclodiram em Castela, então se formou a Santa Liga de Ávila e as cidades convocaram a reunião das Cortes em Tordesilhas. Dessa assembleia saiu, em 20 de outubro de 1520, um "protesto contra os abusos", endereçado ao rei, que respondeu com a privação dos direitos pessoais de todos os deputados reunidos em Tordesilhas. Assim sendo, a guerra civil se tornou inevitável, os plebeus recorreram às armas; seus soldados sob o comando de Padilla tomaram a fortaleza de Torrelobatón, mas foram derrotados por forças superiores na batalha de Villalar, em 23 de abril de 1521. As cabeças dos principais "conspiradores" rolaram no cadafalso e as antigas liberdades da Espanha foram extintas.

Muitas outras circunstâncias conspiraram em favor do crescente poder absoluto. A falta de união entre as diferentes provincias fez com que seus esforços carecessem da força necessária. Mas, acima de tudo, o implacável antagonismo entre as classes dos nobres e dos cidadãos foi um elemento que Carlos empregou para a degradação de ambos. Já mencionamos acima que, desde o século XIV, a influência das cidades nas cortes era predominante; desde Fernando, o Católico, a Santa Irmandade havia se mostrado como um poderoso instrumento nas mãos das cidades frente aos nobres castelhanos, que acusavam as cidades de violarem seus antigos privilégios e sua jurisdição. Por isso, a nobreza estava ansiosa para ajudar Carlos I em seu projeto de acabar com a Santa Liga. Após ter esmagado a resistência armada, Carlos ocupou-se de reduzir os privilégios municipais, que com o rápido declínio de sua riqueza, de sua população e sua importância, as cidades perderam a influência que tinham nas Cortes. Em seguida, Carlos se virou contra os nobres, que haviam lhe ajudado na destruição da liberdade das cidades, mas que conservavam uma importância política considerável. Um motim no seu exército por falta de pagamento, obrigou Carlos a

reunir as Cortes para obter dinheiro. No entanto, as Cortes, indignadas com o emprego ilegítimo de concessões anteriores aplicadas em operações estranhas aos interesses da Espanha, negaram aprovar qualquer crédito. Indignado, Carlos dissolveu as Cortes. Ele, aproveitando que os nobres insistiam no direito de isenção de impostos, declarou que aqueles que reivindicam tal direito não poderia ter nenhuma pretensão de aparecer nas Cortes e, consequentemente, os excluiu da assembleia. Este foi o golpe mortal nas Cortes. Doravante, suas reuniões foram reduzidas a uma mera cerimônia palaciana. O terceiro elemento na antiga composição das Cortes, a saber, o clero, alistado, desde Fernando, o Católico, sob a bandeira da Inquisição, há tempos havia deixado de identificar seus interesses com os da Espanha feudal. Pelo contrário, com a Inquisição, a Igreja se transformou no instrumento mais formidável do absolutismo.

Se depois do reinado de Carlos I, o declínio da Espanha, tanto no aspecto político como no social, mostrava todos os sintomas de inglória e prolongada putrefação, tão repulsiva como nos piores épocas do Império Turco, sob o imperador, as antigas liberdades, ao menos foram enterradas num majestoso túmulo. Era a época em que Vasco Núñez de Balboa fincou a bandeira de Castela na costa de Darién, Cortés no México e Pizarro no Peru; em que a influência da Espanha era suprema na Europa; em que a imaginação meridional dos ibéricos estava fascinada com as visões dos Eldorados, aventuras cavalheiresca e monarquia universal. Então desapareceu a liberdade espanhola sob o estrondo das armas, a chuva de ouro e os terríveis lampejos dos autos de fé.

Como explicar esse fenômeno singular que, mesmo após quase três séculos de dinastia Habsburgo, seguida de uma dinastia Bourbon – qualquer uma dessas desgraças bastaria para esmagar um povo – as liberdades municipais na Espanha mais ou menos sobreviveram? Como explicar que, entre todos os estados feudais, precisamente no país onde surgiu a monarquia absolutista em sua forma menos atenuada, a centralização nunca conseguiu deixar raiz? A resposta não é difícil. Foi no século XV que se formaram as grandes monarquias que se estabeleceram em toda parte com a queda das classes feudais em conflito: a aristocracia e as cidades. Mas nos outros grandes estados da Europa, a monarquia aparece como um centro civilizador, como a iniciadora da unidade social. Lá, ela foi o laboratório em que os diversos elementos da sociedade eram então combinados e trabalhados, de uma forma que permitiram as cidades trocarem sua independência e soberania local da Idade Média pela regra geral das classes médias e pelo domínio da sociedade civil. Na Espanha, ao contrário, enquanto a aristocracia estava afundada na degradação, sem perder seus privilégios, as cidades perdiam seu poder medieval sem ganhar importância moderna.

Desde o estabelecimento da monarquia absolutista, as cidades vegetam em contínua decadência. Aqui nós não podemos apresentar as circunstâncias políticas ou econômicas, que destruíram o comércio, a indústria, a navegação e a agricultura espanhola. Para o presente propósito é suficiente recordarmos o fato. Na medida em que a vida comercial e industrial das cidades decaiu, as trocas internas se tornaram raras, a mistura dos habitantes de diferentes províncias menos frequente, os meios de comunicação foram negligenciados e as grandes vias gradualmente abandonadas. Ou seja, a vida local da Espanha, a independência

de suas províncias e municípios, o estado diversificado da sociedade, originalmente baseado na configuração física do país e historicamente desenvolvida pela maneira separada em que as províncias se emanciparam do domínio mouro e formaram pequenas comunidades independentes, foi finalmente reforçada e confirmada pela revolução econômica, que secou as fontes da atividade nacional. Enquanto a monarquia absoluta encontrou na Espanha material, em sua natureza, repulsiva à centralização, fez tudo o que pôde para impedir o crescimento de um interesse comum decorrente de uma divisão nacional do trabalho e de uma multiplicidade de intercâmbios internos, desenvolvimento que constitui a base sobre a qual se poderia criar um sistema uniforme de administração e um padrão de leis gerais. Nesse sentido, a monarquia absolutista na Espanha, tendo apenas uma semelhança superficial com o restante das monarquias absolutistas europeias, é mais próxima das formas asiáticas de governo. A Espanha, assim como a Turquia, manteve-se como um aglomerado de repúblicas mal administradas regidas por um soberano. O despotismo mudava suas características nas províncias de acordo com a interpretação arbitrária que os vice-reis e os governadores davam para as leis gerais; mas mesmo sendo um governo despótico, como de fato era, não impedi subsistirem nas províncias leis e costumes distintos, bandeiras militares de diferentes cores e diferentes sistemas de tributação. O despotismo oriental ataca a autonomia municipal somente quando esse se opõe a seus interesses diretos, mas é muito feliz em permitir que essas instituições continuem existindo, desde que afaste de seus ombros o dever de fazer alguma coisa e o poupe do problema de administrar regularmente.

Por isso, Napoleão, igual a todos os seus contemporâneos, considerava a Espanha um cadáver inanimado, caiu surpreendido ao descobrir que, se o estado estava morto, a sociedade espanhola estava cheia de vida e cada uma de suas áreas transbordava capacidade de resistência. Pelo tratado de Fontainebleau, ele mandou suas tropas para Madri. Seduzindo a família real para uma entrevista em Baiona, ele obrigou Carlos IV a retirar sua abdicação e depois lhe transferir seus poderes; ele também forçou Fernando VII a fazer uma declaração semelhante. Bonaparte - depois que conduziu Carlos IV, sua rainha e o Príncipe da Paz para Compiègne, e encarcerou Fernando VII e seus irmãos no castelo de Valência, entregou o trono da Espanha para seu irmão José - reuniu uma junta espanhola em Baiona e forneceu para ambos (o irmão e a junta) uma de suas constituições pré-fabricadas. Não vendo nada vivo na monarquia espanhola, exceto a miserável dinastia que ele havia trancado com segurança, Napoleão se sentiu completamente certo em ter confiscado a Espanha. Mas alguns dias depois do seu *coup de main*, ele recebeu a notícia de uma insurreição em Madri. Murat, é certo, sufocou a revolta matando umas 1.000 pessoas, mas quando este massacre tornou-se público, uma insurreição eclodiu em Astúrias e, pouco depois, estendeu-se para todo o reino. É preciso notar que este levante espontâneo originou-se com o povo, enquanto que as classes "superiores" silenciosamente aceitavam o jugo estrangeiro.

Foi assim que a Espanha se preparou para sua carreira revolucionária mais recente e se lançou nas lutas que marcaram seu desenvolvimento no século atual. Os fatos e as influências que detalhamos de forma sucinta seguem atuando nos seus destinos e dirigindo

os impulsos do seu povo. Nós entendemos essa história como algo fundamental não só para uma apreciação da crise atual, mas para tudo que ela vem sofrendo desde a usurpação napoleônica, um período de quase cinquenta anos, não isentos de episódios trágicos e esforços heroicos; enfim, um dos capítulos mais emocionantes e instrutivos de toda a história moderna.